



COLUNA DO CASTELLO

CARLOS CASTELLO BRANCO

Eliseu Resende sabe o que deve dizer hoje ao Senado

Paulo Haddad não deixou que prosperasse a versão de que havia adotado como seu plano de gestão da economia um documento depositado no cofre das almas do seu ministério por um desses economistas imaginosos que costumam prosperar na área do governo. Aparentemente tentou-se apresentar o ex-ministro da Fazenda como um impostor, alguém que dizia uma coisa e planejava fazer outra. Como se sabe, essas infiltrações de projetos às vezes colam, como se viu tempos atrás quando a nação foi surpreendida por uma construção rocambolesca a que se deu o nome de Plano Cruzado.

A coisa tinha suporte aparente e Haddad reconheceu que ao assumir a pasta em dezembro encontrou lá o tal projeto que já havia sido repudiado por Gustavo Krause, seu antecessor, e continuou a não ser levado a sério por ele, Haddad. A divulgação, no entanto, poderia servir nas atuais circunstâncias à melhoria da imagem do presidente Itamar Franco e justificar suas naturais apreensões com a facilidade com que os economistas montam seus esquemas à revelia do poder político e da autoridade do chefe do governo.

As reservas do presidente em relação aos economistas são compreensíveis mas a versão acolhida por tantos jornais e coroada por uma reportagem dominical da revista *Veja*, se essa tiver sido a intenção dos que passaram o documento a repórteres, não servirá de pano de fundo à apresentação do ministro Eliseu

Resende, hoje, no Senado. O ministro enfrentará suas próprias dificuldades, frutos das características da sua vida pública e das circunstâncias em que chegou ao seu novo posto, de ministro da Fazenda de um governo que aspira à legitimidade democrática.

Eliseu Resende não é um tribuno experimentado, sobretudo na tribuna parlamentar. Mas é um político que já enfrentou eleição majoritária e um homem público que passou por postos de grande responsabilidade e em cujo exercício terá posto à prova seu discernimento e sua visão dos deveres impostos pela gestão dos interesses da comunidade. Ele tem plena noção do que o espera e estará assim advertido da natureza do confronto e das suas conseqüências. Conhece, sobretudo, as aspirações dominantes no Senado e na opinião pública em relação aos problemas a resolver no seu novo posto.

O que a sociedade quer, em matéria de gestão financeira, é muito simples: ação eficaz para desmontar uma inflação que há dois decênios compromete, quando não inutiliza os esforços para ultrapassar pelo desenvolvimento os índices de pobreza que infelicitam o país. Tal ação é obviamente precedida de um plano cujas linhas gerais emergem do longo debate nacional sem que lhes seja dada a indispensável objetividade. Essas idéias excluem choques e congelamentos que o imaginoso assessor do Ministério da Fazenda tentou inutilmente vender a Krause e a Haddad.

A campanha do plebiscito

A surpresa do ministro Paulo Brossard, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, com a ausência de homens públicos no debate sobre forma e sistema de governo, confiado aos técnicos em marketing e levado às telas pelos heróis da novela das oito, foi entendida pelos dirigentes das frentes políticas, apesar da resistência do governador Leonel Brizola, cujo partido teve um tratamento privilegiado na pregação do presidencialismo.

Os instrumentos da campanha são inadequados. Mas não é só isso que a torna um processo vicioso. A propaganda tem sido basicamente incorreta, com pouca preocupação dos que a preparam com a informação verdadeira e o comentário imune ao personalismo dos que estão por detrás do palanque. Joga-se na ingenuidade do eleitor

e na ausência generalizada de conhecimento do jogo institucional.

Nada mais penoso do que ouvir a esta altura, quando ainda não se trata de vender a imagem de qualquer político, o regoço dos demagogos a defender o "sagrado direito" do povo de escolher seus governantes. Todos sabem o relativo papel do povo na seleção de políticos para governar o país, praticamente limitado a um referendo a nomes selecionados pela cúpula partidária, seja qual for o sistema de governo. A eleição direta, que em 1984 emocionou a nação submetida à empulhação da seleção de governantes pelos generais e entre generais, não pode servir de escudo a aspirações de candidatos ao pleito de 1994. Pelas eleições diretas, naquela época, eram todos, presidencialistas, parlamentaristas e até monarquistas.